

CORREIO NACIONAL



Qdenga foi incorporada ao SUS em dezembro

Dengue: parceria para ampliar produção da vacina

O laboratório Takeda, fabricante da vacina Qdenga, vai ampliar a produção das doses contra a dengue por meio de uma parceria firmada com o laboratório indiano Biological E. Em nota, a Takeda informou que a Biological E. vai passar a produzir 50 milhões de doses da Qdenga por ano, permitindo alcançar a meta de entregar 100 milhões de doses até 2030. De acordo com o comunicado, a parceria atende à necessidade específica

de fornecer doses para programas nacionais de vacinação no intuito de ajudar a proteger populações mais vulneráveis. “Essas doses serão, ao final, disponibilizadas para aquisição por governos de países endêmicos até 2030, no mais tardar, para apoiar programas nacionais de imunização”, destacou o laboratório Takeda. A Qdenga foi incorporada ao Sistema Único de Saúde (SUS) em dezembro do ano passado e começou a ser distribuída este mês.

Tumor no pênis

A neoplasia maligna de pênis representa 2% dos tipos de câncer em homens no Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde. Entre 2013 e 2022, 19,9 mil tiveram o diagnóstico. Desse total, 5,6 mil tiveram o órgão amputado por causa de complicações da doença.

Manicômios I

Estados e municípios têm até o dia 28 de agosto para fechar os manicômios judiciais – alas ou instituições congêneres de custódia e tratamento psiquiátrico. Com a decisão do CNJ, estados e municípios têm mais 90 dias para organizar unidades de saúde e adotar outras providências.

Resgatados I

Resgatados de um veleiro, na cidade de Lomé, capital do Togo, no continente africano, 12 araras-azuis-de-lear e 17 micos-leões-dourados foram trazidos de volta ao Brasil por uma força-tarefa que mobilizou autoridades togolesas, a Polícia Federal, o Ibama e o Ministério das Relações Exteriores.

Sem cabos I

Um dos principais problemas para a manutenção da qualidade dos serviços de telefonia e internet, o furto de cabos de telecomunicações aumentou 15% durante o ano passado, divulgou na última terça-feira (27) a Conexis Brasil Digital, entidade que reúne as empresas do setor.

Sapucaí I

O olhar do brasileiro sobre o Sambódromo e a Praça da Apoteose, no Rio de Janeiro (RJ), marcará a celebração dos 40 anos das duas obras idealizadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer e o antropólogo Darcy Ribeiro, palco para a mais popular festa brasileira, o Carnaval.

Sinais

A doença começa com uma pequena ferida que não cicatriza, uma secreção com odor forte ou com a pele da glânde mudando de cor ou ficando mais grossa. Por isso, o diagnóstico rápido é fundamental. O SUS registrou nos últimos anos um aumento de cirurgias de remoção da lesão.

Manicômios II

O fechamento está previsto na Política Antimanicomial do Poder Judiciário, aprovada em fevereiro do ano passado pelos conselheiros do CNJ. Segundo a nota do conselho, a Política Antimanicomial estabelece que os tribunais façam “a revisão individualizada dos processos judiciais.”

Resgatados II

De acordo com nota da Polícia Federal, um uruguaio, um surinamês, um brasileiro e um togolês estavam a bordo da embarcação brasileira que transportava os animais. Eles foram abordados pelas autoridades locais no dia 12 de fevereiro, na costa africana, e presos em flagrante.

Sem cabos II

O volume de cabos subtraídos subiu de 4,7 milhões de metros em 2022 para 5,4 milhões em 2023. Segundo a Conexis Brasil, a quantidade de cabos furtados seria quase suficiente para cobrir a rota entre Fortaleza, no Brasil, e Lisboa, em Portugal. As duas cidades estão a 5,7 mil quilômetros.

Sapucaí II

A Embratur e a UniRio firmaram parceria para promover o Concurso Internacional de Fotografia – Apoteose 40 Anos. O projeto Samba Global, do Centro de Referência e Informação de Arte e Cultura Brasileira (Criar), também apoia a iniciativa cultural.

Mudança climática pode afetar produção de alimentos

Marina Silva afirmou que país precisa fazer o seu dever de casa

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, alertou nesta terça-feira (27) que as mudanças climáticas podem impactar a capacidade do Brasil de produzir alimentos. “Nós acabamos de identificar, por estudos científicos, áreas de deserto já no Brasil. Expansão da área de baixa umidade em várias regiões do nosso país. Ou seja, para o Brasil continuar ajudando na segurança alimentar do planeta, nós vamos precisar fazer o dever de casa em relação ao clima”, disse ao participar de um evento organizado pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham), parte da programação paralela ao encontro do G20. A ministra participou de uma mesa com a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen. Segundo Marina, a falta de alimentos pode ser um fator de desregulação da economia global e gerador de instabilidades geopolíticas. “Nós temos também outro problema, que é a questão do risco de uma inflação global que pode ser causada também por insegurança alimentar em função da mudança climática. Geralmente, se faz a associação, muito rapidamente,



Evento foi organizado pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham)

entre risco de inflação e risco de instabilidade econômica, geopolítica, associado à energia. Mas vamos pensar também que esse risco talvez seja até maior em relação à segurança alimentar”, enfatizou. No Brasil, a ministra avalia que existe uma convergência de interesses entre a área econômica e as propostas para o meio ambiente. “Eu acho que é a primeira vez na história do Brasil que a gente conseguiu uma sinergia muito grande en-

tre a área econômica e a área ambiental. O plano de transformação ecológica está sendo coordenado pelo ministro da Fazenda [Fernando Haddad]. Com certeza é o melhor lugar para que ele seja elaborado, porque a partir daí ele pode ser transversalizado [repassado para as outras áreas do governo]”, disse. A ministra destacou ainda a parceria assinada na segunda-feira (26) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

para dar garantias cambiais a projetos de desenvolvimento de economia verde no país. O BID vai oferecer US\$ 3,4 bilhões em contratos de derivativos que serão repassados, a partir do Banco Central, para instituições financeiras brasileiras. Os derivativos são contratos que podem ser usados para reduzir o risco de operações financeiras, sendo vinculados a outros ativos, como commodities, moeda estrangeira ou taxas de juros.

Portaria sobre trabalho aos feriados é adiada

Sem acordo entre o governo, trabalhadores e patrões, o ministério do Trabalho e Emprego adiou por 3 meses a publicação da portaria que restringe o trabalho no comércio aos feriados para os trabalhadores com convenção coletiva. As novas regras, que entrariam em vigor em 1º de março, ficará para junho. Em nota, o ministério informou que a decisão foi tomada em reunião entre o ministro Luiz Marinho; o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha; representantes das centrais sindicais e das frentes parlamentares do Comércio e Serviços e do Empreendedorismo. “Nós temos certeza de que as partes chegarão a um texto que contemplará o funcionamento do nosso comércio na sua plenitude, respeitando sempre o direito às negociações, o direito dos empregados e protegendo cada trabalhador”, destacou Luiz Marinho. No fim de janeiro, Marinho havia dito que cerca de 200 atividades consideradas essenciais fica-

riam de fora da norma e não precisariam de convenção coletiva para trabalharem aos feriados. Em novembro, o Ministério do Trabalho publicou a portaria que obrigava a convenção coletiva para o trabalho aos feriados a todos os setores do comércio. Uma semana mais tarde, o texto foi revogado, após a Câmara dos Deputados ameaçar aprovar um decreto legislativo cancelando a portaria. Logo após a cerimônia de anúncio da versão digital do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Marinho disse que o governo está finalizando o projeto de lei que muda as regras do saque-aniversário do FGTS. O ministro disse não descartar a possibilidade de enviar a proposta por medida provisória. De acordo com Marinho, as regras atuais de saque-aniversário prejudicam parte dos trabalhadores porque quem saca o benefício no aniversário tem dificuldades de acesso ao fundo em uma eventual demissão.

STF

Plenária negou pedido da Associação de Diplomatas

Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal negou pedido da Associação dos Diplomatas Brasileiros (ADB) para que a União assegurasse o pagamento de verba para custeio de escolas para dependentes de diplomatas. A decisão foi tomada na sessão virtual encerrada no dia 23, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1073. Entre outros pontos, a associação alegava que a carreira tem peculiaridades relacionadas à movimentação de seus servidores, que devem passar longos períodos no exterior, com sucessivas mudanças entre postos diplomáticos.

STJ

Inquérito é trancada por demora excessiva

Por considerar excessivo o prazo para a conclusão do inquérito, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Reynaldo Soares da Fonseca determinou o trancamento do procedimento investigativo contra o prefeito de Guarujá, município que faz parte de São Paulo, Valter Suman, por supostos crimes de organização criminosa, corrupção e lavagem de dinheiro. As investigações tiveram origem na Operação Nacar, deflagrada em setembro de 2021. Na decisão, o ministro ressaltou a possibilidade de abertura de nova investigação, caso surjam provas substancialmente novas contra o político.

TSE

GT vai sugerir diretrizes para instituir juiz das garantias

Portaria do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) publicada nesta terça-feira (27) institui Grupo de Trabalho (GT) para sugerir diretrizes voltadas à implementação do juiz das garantias no âmbito da Justiça Eleitoral (JE). O documento é assinado pelo presidente da Corte, ministro Alexandre de Moraes. Entre outras funções, a coordenação do GT terá a incumbência de convocar reuniões, acompanhar atividades programadas, registrar eventuais encaminhamentos e convidar participantes da Justiça Eleitoral, da sociedade civil ou de outros órgãos para colaborar nos encontros.

TCU

Aquisição de volumes excedentes do Pré-Sal

O Tribunal de Contas da União está acompanhando, sob a relatoria do ministro Antonio Anastasia, a outorga de áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, referente ao primeiro Leilão dos Volumes Excedentes ao Contrato de Cessão Onerosa, representada por contrato firmado entre União e Petrobras em 2010. “Nesta fase processual analisam-se os procedimentos e os elementos informativos e documentais referentes à realização da sessão pública de apresentação de ofertas e ao julgamento das propostas, adjudicação do objeto e homologação do primeiro Leilão dos Volumes Excedentes ao Contrato de Cessão Onerosa”.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino

Em 1ª sessão no STF, Dino diverge de Zanin

Em seu primeiro voto em uma sessão presencial no STF (Supremo Tribunal Federal), nesta terça (27) o ministro Flávio Dino se manifestou contra o arquivamento de uma ação que acusa um advogado de exploração de prestígio e lavagem de dinheiro em ação na qual também foram denunciados um juiz federal aposentado e ex-assessores da Justiça. O caso foi levado para julgamento na Primeira Turma do Supremo, composta por cinco ministros.

Dino votou com Cármen Lúcia e Alexandre de Moraes contra o arquivamento, e desempatou o caso, que teve um placar de 3 a 2. Foram derrotados os ministros Luiz Fux e Cristiano Zanin, que se manifestaram a favor de trancar a ação. Dino disse que houve na acusação “indícios de corroboração” da delação premiada que deu origem às investigações do caso.

José Marques (Folhapress)